ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

# DA BRICOLAGEM AO DESENHO DO POSSÍVEL

**Autores:**
Dmetryus Targino Marques de Souza - Universidade Federal do Rio Grande do No - dmetryus_targino@hotmail.com
Amadja Henrique Borges - Universidade Federal do Rio Grande do No - amadjaufrn@gmail.com

**Resumo:**

A atuação do arquiteto e urbanista não alcança, de maneira geral, as camadas populares no Brasil. Diante disso, observa-se construções que dependem dos conhecimentos empíricos e/ou técnicas difundidos em determinado grupo. Os assentamentos Rurais, fruto das Política Nacional de Reforma Agrária se incluem nesse contexto. Essas unidades são construídas sem fiscalização, apresentando, após algum tempo, problemas estruturais, como foi o caso do Assentamento Rosário. O INCRA estabelece normas que destinam créditos voltados para a recuperação dessas casas. Em 2007, o Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat atuou oferecendo assessoria técnica para os assentados, realizando reformas e ampliações nas suas casas. Partindo do referencial teórico com base na obra de Henri Lefebvre, estudou-se as melhorias por auto-empreendimento e assessoria técnica no Assentamento Rosário. Tendo como objeto de estudo o processo de construção e consolidação do assentamento do Rosário, a pesquisa tem como principal objetivo, expor teoricamente os conflitos entre as concepções da casa por parte dos assentados e por parte dos técnicos do GERAH.

# DA BRICOLAGEM AO DESENHO DO POSSÍVEL

## UM ESTUDO SOBRE A CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DO HABITAT NO ASSENTAMENTO DO ROSÁRIO, CEARÁ-MIRIM/ RN

## INTRODUÇÃO

Construções e reformas de moradia sem assessoria técnica[1] do profissional da construção civil, dentre os quais o arquiteto e urbanista, são o retrato da produção espacial das cidades brasileiras. As camadas populares não têm acesso a este tipo de profissional, seja nos assentamentos urbanos ou rurais. Neste último, destaca-se aqueles criados a partir da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA), como é o caso do Assentamento Rosário de 1998. Nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (PA), a construção das unidades habitacionais fica a cargo de empreiteiras ou mutirões autoconstruídos, ficando o arquiteto e urbanista em segundo plano seja no planejamento territorial ou das habitações. Com o passar do tempo, muitas dessas unidades apresentam patologias construtivas que representam um risco à estabilidade da casa e, consequentemente, seus moradores. Diante disso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão nacional responsável pela PNRA, destina recursos voltados para reformas, ampliações e demais melhorias habitacionais, como é o caso do Crédito de Recuperação Material de Construção (CR). O crédito, no entanto, só pode ser acessado por meio de laudo técnico que sinalize os riscos das unidades.

O Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH) trabalha desde a década de 90 em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fornecendo assessoria técnica em arquitetura e urbanismo para assentamentos rurais. Após atuar no planejamento territorial e projeto de unidades habitacionais construídas por regime de mutirão para novos assentamentos rurais, o grupo adentra numa nova etapa focada em oferecer serviços aos PAs antigos, dentre eles o Rosário. Nesse novo momento, são realizados projetos de melhoria, reforma e ampliação viabilizados pelo CR. Utilizando a metodologia do desenho do possível, criada e desenvolvida pelo grupo, a assessoria contava com a participação dos assentados nas várias etapas do projeto, desde a concepção até a execução. No entanto, a articulação entre saber técnico e popular não se deu sem conflitos. Os assentados, desconhecendo questões técnicas e sem grandes preocupações acerca da

[1] Os autores utilizam o termo assessoria técnica em vez de assistência técnica pelo fato da segunda passar a ideia de assistencialismo.

estrutura da casa, priorizavam intervenções de ordem estética relacionadas aos símbolos construídos ao longo do vivido.

Após décadas atuando nos assentamentos rurais, devido a uma série de questões internas e externas, o GERAH se distancia da prática de arquitetura e urbanismo voltada a produção espacial nos assentamentos e dá início a um novo momento. Sob uma perspectiva dialética, o desenho do possível se aperfeiçoa a cada nova experiência, dada a particularidade de cada assentamento. Atualmente, o grupo foca na produção acadêmica sobre a experiência de assessoria técnica ao MST, estudos sobre o habitat rural e de autores com produção acadêmica no campo da metodologia como Henri Lefebvre, visando aprimorar o desenho do possível. Através do subgrupo GERAH-Lefebvre, também são promovidos encontros para discussão da obra do autor com foco no habitar, no habitat, na produção do espaço e no estudo da vida cotidiana. Através de uma rearticulação entre o GERAH e o MST, o presente trabalho se situa neste momento de análise dos resultados da assessoria técnica do grupo e apreensão teórica acerca da arquitetura produzida nos assentamentos rurais.

Diante da dificuldade que envolve o trabalho de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo para população de baixa renda[2], este artigo tem como objeto o processo de construção e consolidação do assentamento do Rosário, passando pela experiência com o GERAH. O principal objetivo é expor teoricamente os conflitos entre as concepções da casa por parte dos assentados e por parte dos técnicos do GERAH, mostrando as diferenças entre o processo de auto-empreendimento e de assistência técnica. Diante do obscurecimento do debate sobre habitação de interesse social no campo em comparação com a questão na cidade, entende-se que o universo dos assentamentos rurais possui suas próprias particularidades, demandas e contradições e é necessário buscar alternativas para que o arquiteto e urbanista, e não somente ele, chegue nesses locais.

Para compreender o processo de construção do assentamento, utilizou-se o método regressivo-progressivo desenvolvido pelo filósofo Henri Lefebvre e seus métodos auxiliares de análise sob uma perspectiva histórico-dialética com base no espaço construído e as formas de apropriação por parte dos assentados. Primeiramente, foi realizado o levantamento bibliográfico acerca do referencial teórico-metodológico. Em seguida, foi realizada a visita in loco, utilizando a entrevista aberta proposta por Lefebvre a fim de compreender as relações imediatas entre os assentados no campo da cotidianidade. Nas visitas, foram realizados também o levantamento das casas, para compreender as melhorias que os assentados realizaram, bem como o resultado do projeto de recuperação produzido pelo GERAH. Após o levantamento, foi realizado a leitura complementar de outros autores a fim de compreender a relação entre o habitar e os símbolos que compõem seus sistemas parciais.

[2] Termo presente na Lei Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008 que “Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005”.

# REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO SOB A LUZ DO PENSAMENTO LEFEBVRIANO

Na obra "Do Rural ao Urbano", Henri Lefebvre desenvolve o método regressivo-progressivo, método a partir do qual se compreende as relações espaço-temporais do presente a partir do seu confronto com momentos (recortes espaço-temporais) do passado e a projeção de um devir. A partir das definições desses momentos , Lefebvre propõe métodos auxiliares de reflexão para a compreensão da realidade em movimento a partir do pensamento dialético: a) Descritivo: Observação sobre o terreno e utilização de técnicas de pesquisa (entrevistas, questionários, estatísticas, etc.); b) Analítico-regressivo: Análise da realidade escrita (texto social); e c) Histórico-genérico: Estudo sobre as rupturas e continuidades das estruturas sociais, buscando reencontrar o presente elucidado e compreendido. Acerca do método analítico-regressivo, o filósofo destaca sua origem no pensamento de Marx:

> "É o preceito formulado por Marx quando declara que o homem esclarece o macaco e o adulto a criança; que o presente permite compreender o passado e a sociedade capitalista as sociedades anteriores, porque desenvolve as categorias essenciais destas. Assim, o aluguel da terra capitalista nos permite entender a renda feudal, as rendas do solo na Antiguidade, etc." (LEFEBVRE, 1978, p.17)

A partir deste método, busca-se compreender o passado dos assentados, suas origens, sua trajetória de vida. Entender as transformações de seu cotidiano, acarretadas pelos benefícios dos projetos de reforma agrária, contrapondo-as com as contradições que perscrutam a formação pelo MST, é fundamental para a compreensão das relações que se dão dentro do assentamento, bem como o seu impacto na apropriação do habitat

> "O processo envolve a compreensão das conexões internas da realidade, as mudanças permanentes e o devenir deste mundo como totalidade. Envolve, ainda, o estudo dos contrários (os opostos) nos processos históricos, a elaboração da síntese desses contrários com passagens de um estado a outro, e a resolução da contradição, sem exclusão, minimização, desequilíbrio ou superação de um dos termos." (OLIVEIRA, C., 2011, p. 163-164)

A fim de compreender a visão dos agentes envolvidos nos momentos que representam os momentos de ruptura, continuidades e descontinuidades na construção e consolidação do assentamento, foram realizados levantamentos, observação *in loco*, reuniões e entrevistas abertas a fim de identificar a Tríade Conceitual de Análise lefebvriana dividida em espaço percebido, concebido e vivido, com foco no lote de moradia. O percebido está relacionado às práticas espaciais, práticas que associam nele "a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e

a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida "privada", dos lazeres)" (LEFEBVRE, 2006, p. 39-40). Espaço "produzido e revelado nas formas espaciais materializadas" (OLIVEIRA, M., 2016, p.65); O concebido é "oriundo das ações de ordem econômica e política" (OLIVEIRA M., 2016, p.65). Está relacionado às representações do espaço dos urbanistas, tecnocratas, etc. Espaço "dominante numa sociedade" (LEFEBVRE, 2006, p. 40), próximo à ordem distante e distante da ordem próxima; Já o vivido, é "resultante das experiências e referências socioespaciais" (OLIVEIRA M., 2016, p.65) e diz respeito aos espaços de representação, é o espaço "dos 'habitantes', dos 'usuários'"(LEFEBVRE, 2006, p. 40). O vivido é o espaço que "a imaginação tenta modificar e apropriar", ele tende "para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais" (p. 40). Assim como o espaço percebido, o vivido está próximo ao cotidiano, e das relações imediatas, ou seja, da ordem próxima, porém cabe aqui uma advertência.

> "(..) o vivido e o cotidiano não coincidem. O cotidiano não absorve o vivido pois há parte do vivido fora do cotidiano: acima e abaixo. No entanto, a relação do vivido com o conhecido passa ao primeiro plano; ele contém uma questão mais vasta, a das relações entre o pensamento e a vida, interrogação faustiana mal resolvida pela apologia seja da vida, seja do pensamento puro." (LEFEBVRE, apud BORGES, 2002, p. 248)

É através do estudo do cotidiano sob a luz da tríade conceitual de análise da produção do espaço dentro do assentamento, com foco no lote da habitação, que pudemos analisar a relação entre o habitar e o habitat no Rosário, estudar a relação entre seus sistemas semânticos e semiológicos. Sem essa compreensão, a análise da arquitetura das moradias estaria restrita às técnicas construtivas, à análise dos orçamentos de crédito de melhoria, ou seja, uma análise descritiva e incompleta, que obscurece as escolhas do morador na produção de seu habitat, que ignora seu protagonismo na narração de sua própria história.

Portanto, para compreender a realidade do assentamento em seus diferentes momentos, foi necessário confrontar os dados coletados no pré-levantamento (estudo dos dados coletados pelo GERAH na assessoria técnica ao Rosário) e levantamento de campo, os dados percebidos por nós enquanto pesquisadores, os dados fornecidos pela palavra dos agentes (ou interessados segundo Lefebvre) e a análise do espaço do lote de moradia, bem como a arquitetura da casa dos assentados.

> "Se a vestimenta é um prolongamento de nossa pele individual, para armazenar e canalizar nosso calor e nossa energia pessoais, a habitação é um meio coletivo de obter, para a família ou para o grupo, o mesmo resultado. A habitação, como abrigo, é um prolongamento do sistema termo-regular do corpo - uma pele ou uma vestimenta coletivas. As cidades prolongam ainda mais os órgãos do corpo para responder às necessidades de grupos numerosos." (apud JAQUES, 2001, p.122)

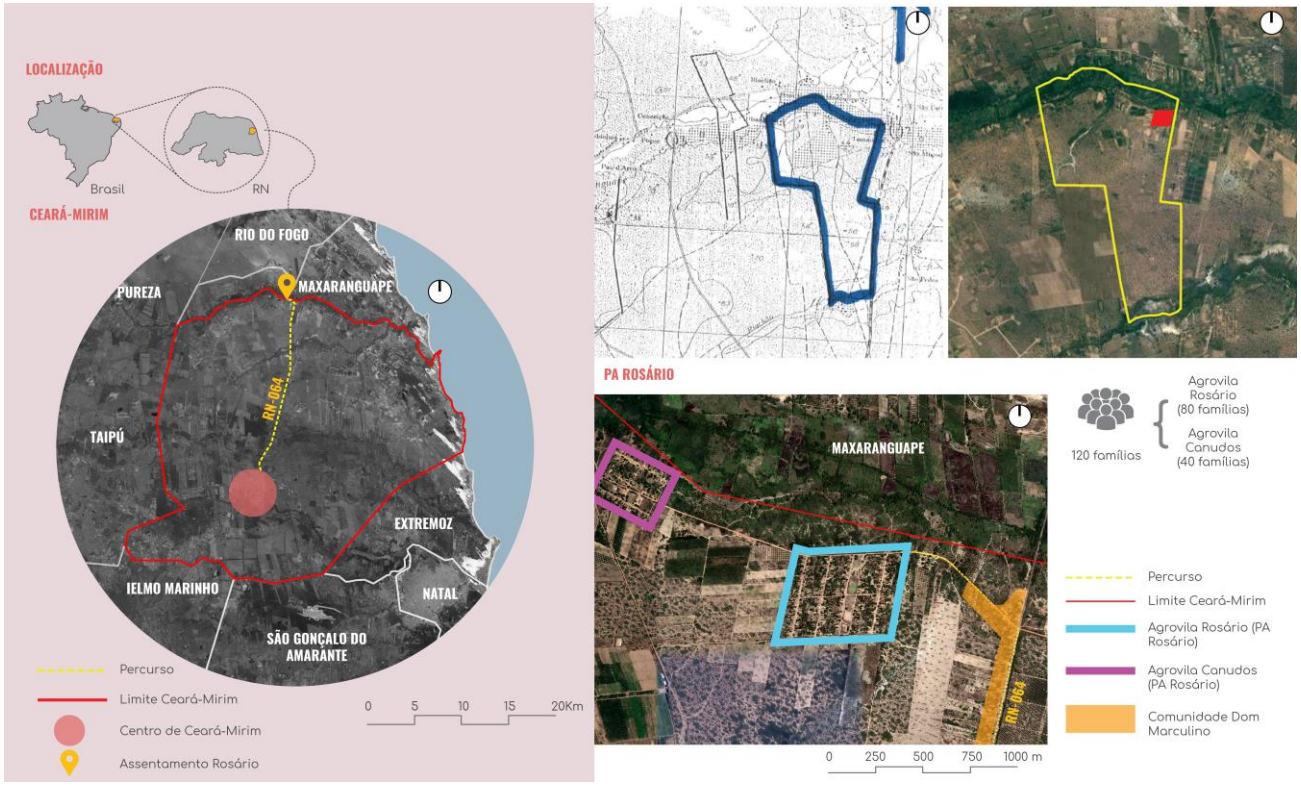
A habitação, portanto, carrega dentro de si a ideia de abrigo, mas não se encerra nela, ao mesmo tempo, faz parte da dimensão do habitar, mas não contempla esse fato antropológico integralmente. A lógica do habitat se aproxima da ideia da habitação enquanto abrigo, carrega dentro de si a ideia da casa concebida e percebida pelos arquitetos de sua época, reproduzida pela concepção de Le Corbusier da casa enquanto máquina de morar. Lefebvre produz então uma crítica a essa lógica, segundo ele, concretizada nos grandes conjuntos habitacionais produzidos em massa na época. Ao contrapor os conceitos de habitar e habitat, afirma:

> "colocaremos fortemente em oposição o habitar e o habitat. Este último termo designa um "conceito", ou melhor, um pseudoconceito caricatural. No final do século XIX, um pensamento (se é possível dizer) urbanístico, tão forte quanto inconscientemente redutor, pôs de lado e literalmente entre parênteses o habitar. Ele concebeu o habitar, função simplificada, restringindo o "ser humano" a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se (...) O habitat, ideologia e prática, chegava inclusive a reprimir as características elementares da vida urbana, constatadas pela ecologia mais sumária: a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos, dos "patterns", modelos culturais e valores vinculados às modalidades ou modulações da vida cotidiana. O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o "vivido" a encarcerar-se em caixas, gaiolas, ou "máquinas de habitar"." (LEFEBVRE, 2008. P. 78-79)

Segundo BORGES, "o habitat nos assentamentos dos Projetos de Reforma Agrária – PAs – tem um significado amplo, comporta a casa, seus arredores, o lote, o assentamento e, em áreas com muitos assentamentos contíguos, ultrapassa o limite estrutural" (2002, p.1). Nosso trabalho, no entanto, se manteve no recorte do lote de moradia, a fim de entender as relações mais imediatas relacionadas à arquitetura produzida dentro do assentamento e por ser na agrovila, local desses lotes, onde as trocas da vida cotidiana são mais intensas, onde o sistema de significações dos assentados é mais evidente, onde o (con)texto social se torna mais legível.

> "Na definição do tipo de habitat de seu assentamento, os assentados trazem sonhos que refletem sua história. Ela espelha relações sociais que expressam o conflito entre necessidades de mudanças e tradições culturais. Essas, algumas vezes, confrontam as experiências vividas com seus desejos de mudança, tanto no plano coletivo, como no individual. As tipologias encontradas nesses assentamentos refletem diferentes opções e a caracterização de cada uma delas faz parte da existência daqueles que vivem nos espaços por elas definidos." (BORGES, 2002, p. 2)

Figura 1 – Mapa de localização do Assentamento Rosário, Ceará-Mirim/ RN.




Fonte: Mapa produzido pelo autor (base: Google Satellite).

## CONSTRUÇÃO DAS CASAS

As casas do assentamento foram construídas entre 2002 e 2003, quatro anos após a imissão de posse. Segundo a liderança entrevistada, os lotes de moradia são de aproximadamente 50x50 (m), a partir da análise dos mapas, em que esses lotes tem o formato de paralelogramo, as dimensões não são precisas e variam entre 40~50x50~60(m) (ver mapa 2), além disso, ele acredita que o ideal não seria dividir o assentamento em apenas duas agrovilas, mas três, para que assentados ficassem mais próximos do lote de produção. O crédito habitação foi referente à norma de 2002, no valor de R$3.000,00 destinados à construção da habitação. No que diz respeito à construção de habitações padronizadas em assentamentos de Reforma Agrária ao longo do território nacional, incluindo o Assentamento do Rosário, observa-se que o modelo de habitação fora construído sem fiscalização ou registro do projeto (BORGES et al., 2017), resultando em problemas construtivos referentes à tectónica, conforto e precarização de instalações, comprometendo assim, a qualidade do habitar no campo.

Figura 2 – Mapa de localização do Assentamento Rosário, Ceará-Mirim/ RN.

Fonte: Mapa produzido pelo autor (base: Google Satellite).

Acerca do crédito habitação, Soares (2006) afirma que o crédito "viabiliza a construção das residências sendo ainda debitado neste as despesas complementares (locomoção, impostos, assistência técnica, despesas administrativas, despesas bancárias e mão-de-obra)" (p. 28). Os assentados sob organização das associações, decidem a maneira de construir as casas. Segundo Borges et al (2015a):

> "Até o governo de Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil em duas gestões, no período de 1994 a 2002), a casa padrão é construída de duas maneiras: através de construtoras contratadas pelos assentados/ INCRA, que se ocupa da construção, cabendo ao futuro morador aguardar o fim da obra, às vezes sendo contratado pela empresa, quando trabalhador da construção civil; e através da autoconstrução ou mutirão organizado por movimentos sociais ou assessorias, onde há a fiscalização de técnicos do INCRA, de acordo com métodos e poderes de decisão variados. Nesses casos o processo construtivo fica a cargo de quem, no local, tem mais conhecimento construtivo prático, ficando a execução de cada casa sob a responsabilidade de seus moradores, do movimento ou de pedreiros, quando contratados individualmente ou coletivamente." (p.879)

No que diz respeito ao modo de construção das casas, existem vantagens e desvantagens em cada um dos casos, variando bastante de assentamento para assentamento. Em geral, as casas padrão são de alvenaria, material "durável", sem com isso assegurar o estado de conservação, e símbolo de emancipação para muitos dos assentados. Medeiros (2013), afirma que "a situação de construção por empreiteiras era mais grave uma vez que a exigência de lucro por parte das empresas era o causador da baixa qualidade construtiva, além de outros problemas que envolviam as construtoras e as Superintendências do INCRA" (p. 26). Esse padrão foi encontrado pelo GERAH em vários assentamentos construídos dessa forma. No entanto, a opção de construir por empreiteiras é escolhida muitas vezes pelos próprios assentados em nome da comodidade e/ou urgência em construir a habitação de seus sonhos e sair da moradia precária e temporária do pré-assentamento.

Medeiros (2013) afirma que "em alguns documentos do MST (cartilhas de formação, cadernos de apoio) há orientações para que o processo construtivo seja feito em sistema de mutirão" (p. 25). O mutirão apresenta muitas vantagens na produção de habitação de interesse social, uma vez que produz moradias por vezes com maior qualidade construtiva e com maior otimização dos recursos do que aquelas fornecidas pela articulação entre o INCRA e as empreiteiras. Além disso, o mutirão já é uma prática consolidada no meio rural.

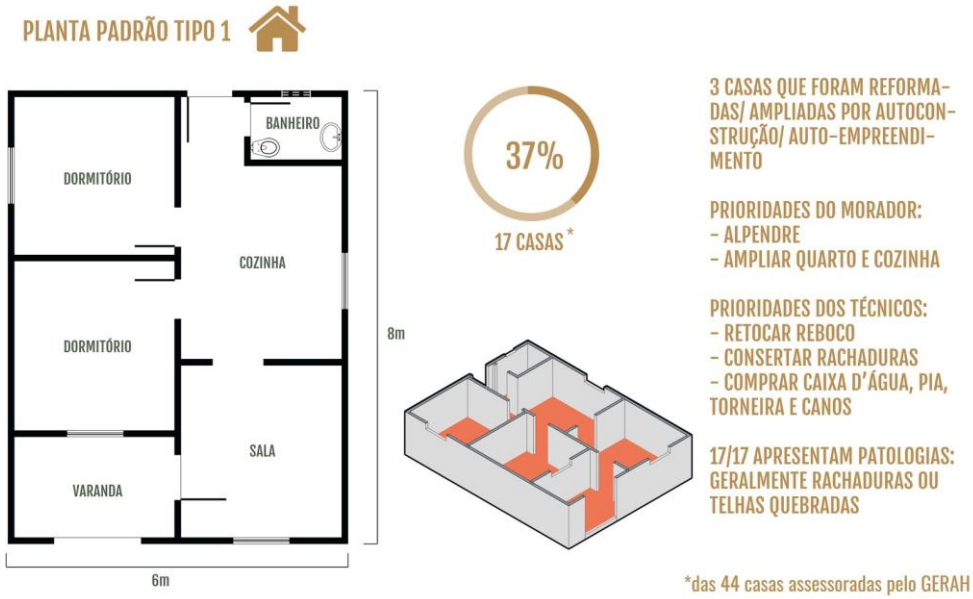
No caso do Rosário, a construção das casas se deu de duas maneiras. Segundo um dos assentados, nessa época, havia três associações: associação ligada ao MST, associação Canudos e associação Rosário. As casas construídas na agrovila Canudos corresponde à associação Canudos (também ligada ao MST), as casas da primeira rua da agrovila Rosário (ver mapa 2) corresponde à associação ligada ao MST e o restante daquela agrovila correspondia a associação Rosário. As associações ligadas ao MST, construíram suas casas por meio de mutirão, enquanto a associação Rosário construiu por meio de empreiteiras.

Segundo os relatos dos moradores, as casas construídas por empreiteiras foram entregues "no chapisco e no contrapiso" devido ao baixo volume de recursos financeiros. Muitos deles tiveram que "completar" a casa com seus próprios recursos. De acordo com uma das assentadas que recebeu a casa pelas empreiteiras, a casa parecia "de gente flagelada". Por outro lado, as casas fruto do mutirão foram entregues "completas", em outras palavras, rebocadas e pintadas, apesar de não possuírem piso cerâmico, o piso era de cimento queimado. Segundo a liderança, as casas construídas por empreiteiras apresentaram mais problemas que as construídas por mutirão (não assistido). A coordenação do mutirão se deu por um assentado mestre de obras que possui experiência com construção civil. Segundo ele, as rachaduras que as casas apresentaram posteriormente são "normais". De acordo com os documentos do GERAH, que assessorou 43 famílias do PA Rosário (incluindo algumas poucas da agrovila Canudos), todas as casas apresentavam problemas construtivos independentemente do tipo construção.

Inicialmente, pois, havia duas tipologias que denominamos: planta padrão tipo 1 (ver figura 3), construída por mutirão pelas associações ligadas ao MST e entregues "completas"; e planta padrão tipo 2 (ver figura 4), construída por empreiteiras e entregues "no chapisco". Apesar das diferenças na planta baixa, ambas se aproximam da casa padrão do INCRA, modelo implantado em outros assentamentos contemporâneos ao Rosário. Sobre isso, Cerqueira (2009) afirma que "existia um projeto padrão, de autoria desconhecida, condizente aos

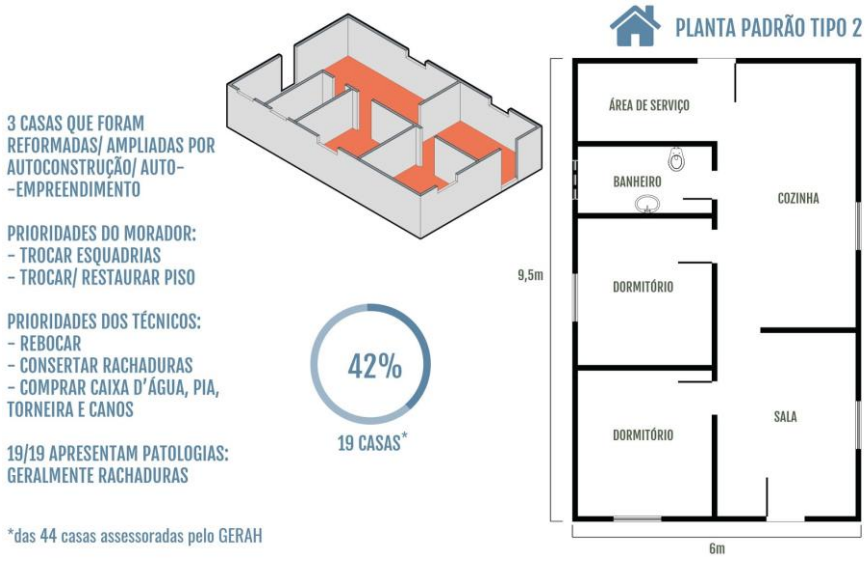
recursos disponíveis e que era implementado em todos os assentamentos criados, sem preocupação em atender às expectativas e necessidades ou tratar os beneficiários de maneira específica" (p. 97).

Figura 3 – Planta Tipo 1: construída por mutirão, possui menores dimensões em relação ao tipo 2, mas conseguiu ser entregue de maneira "completa".




Fonte: Produzida pelo autor com base nos levantamentos do GERAH (2007).

Figura 4 – Planta Tipo 2: construída por empreiteiras, possui maiores dimensões em relação ao tipo 1, mas foi entregue "incompleta".




Fonte: Produzida pelo autor com base nos levantamentos do GERAH (2007).

## COMPLETANDO A CASA

Entre a construção das casas com o Crédito Habitação (2002-2003) até o acesso ao Crédito Recuperação (2007-2008), os assentados já realizaram melhorias auto-empreendidas[3], ou seja, realizadas com os próprios recursos dos assentados, sem auxílio financeiro por parte dos órgãos institucionais. Por mais que cada família tenha modificado a casa de maneira diferente, buscando sanar suas necessidades particulares, observa-se também alguns padrões. As construções sem financiamento não dizem respeito somente à casa, mas são visíveis, também ao longo do lote de moradia.

Das casas levantadas (8), 5 foram construídas por mutirão e 3 por empreiteiras. As construídas por empreiteiras (tipo 2), como dito anteriormente, foram entregues "no chapisco", ou seja, sem reboco e sem pintura devido ao baixo recurso destinado à construção de cada unidade e à o lucro por parte das empreiteiras. Antes de ter acesso ao CR, os assentados das habitações construídas por empreiteiras focaram em "completar" a casa, isto é, rebocar, pintar e colocar cimento queimado no piso já que estas foram entregues no contrapiso. Suas dimensões maiores (6 x 9,5 m) que o tipo 1 e não constou nelas, grandes reformas (ver figura 5). As duas casas (2 e 5) que sofreram mudanças significativas, foram principalmente ampliadas: ambas as famílias resolveram adicionar um quarto. A maior crítica por parte desses moradores foi voltada ao estado inicial em que estas foram entregues e não à distribuição de seus espaços internos.

Figura 5 – Exemplo de casa entregue pelo INCRA antes do momento da reforma.

Fonte: Amadja Borges (2007).

[3] Partindo da ideia de Nabil Bonduki, entendemos autoconstrução como a construção pelo próprio morador com o auxílio da família e/ou amigos; enquanto o auto-empreendimento seria a construção sob coordenação do morador (compra de material, decisões "projetuais", orçamento, cronograma), porém utilizando terceiros como mão-de-obra, geralmente pedreiros contratados. Dessa maneira, toda autoconstrução seria uma forma de auto-empreendimento, mas nem todo auto-empreendimento seria realizado necessariamente através da autoconstrução.

Por outro lado, as casas do tipo 1, construídas por mutirão, foram entregues "completas", mas se restringiram apenas à primeira rua do assentamento. Não houve críticas por parte dos assentados ao tipo inicial nem ao seu estado. Apesar disso, observou-se que alguns moradores (casa 3 e 6) uniram a sala com a varanda e, posteriormente, com o crédito, todos os demais também o fizeram. Quanto à varanda concebida na planta original, esta não era fechada por esquadrias, funcionava como um intermediário entre espaço interno e externo. No entanto, a sua ligação com a sala em alguns casos e, posteriormente, a adesão pelos demais assentados, revela uma rejeição à forma desse espaço original - de pequenas dimensões e dentro do perímetro de 6x8 m - que se aglutina com a sala e passa a fazer parte da área interna.

A primeira casa levantada (tipo 1), do casal Fernando e Fernanda[4], nesse intervalo, teve a adição de "puxadinhos", ampliações que seguem a forma da casa para a função de novos cômodos. Fernando, que possui experiência na construção civil, construiu com a ajuda da família, um quarto, uma área de serviço alpendrada e uma loja adjacente a sala. Ele afirmou com veemência que fez tudo "sozinho", com os filhos ajudando como serventes, e que "só trabalha pra ele mesmo", apesar de admitir que, devido a sua experiência, já atuou nas reformas e ampliações da casa de outros assentados. Atualmente, pretende adicionar uma suíte a pedido da sua esposa, que não participou das decisões anteriores.

Já na segunda casa (tipo 2), Dona Benta afirma que realizou a reforma pagando mão-de-obra de outros assentados para melhoria da unidade habitacional. Quem a construiu foi um ex-assentado que fazia "bico" por ela contratado. Além de "completar a casa", Dona Benta coordenou a construção de uma cozinha, transformando a antiga em sala de jantar, a construção de mais um quarto e a assentamento de piso cerâmico na sala com seus próprios recursos. Ao falar sobre a casa que recebeu das empreiteiras, afirma que esta parecia ser de "gente flagelada", apesar de ser grata por recebê-la.

Além das reformas e ampliações auto-empreendidas no espaço interno da casa, a autoconstrução e auto-empreendimento também está em outras partes do lote de moradia: nas pocilgas, nos galinheiros, nas cercas, depósitos, entre outros. Ademais, constrói-se e reforma-se móveis, utensílios, pias, fornos a lenha, entre outros objetos que fazem parte do cotidiano (ver figura 6). Em resumo, a autoconstrução e o auto-empreendimento fazem parte do vivido desses assentados, invadindo o cotidiano. Estes, transformam seu habitat, sua casa, seu lote, seus objetos. Para elucidar essa prática, torna-se relevante citar o conceito de bricolagem segundo Levi-Strauss (1989) e trabalhado por Jacques (2001).

> "Subsiste, entre nós uma forma de atividade que, no plano técnico, permite conceber perfeitamente aquilo que, no plano da especulação, pôde ser uma ciência que preferimos antes chamar de "primeira" que de primitiva: é aquela comumente designada pelo termo *bricolage*. Em sua acepção antiga,

[4] Nomes fictícios, criados para preservar a identidade dos assentados.

> o verbo bricoler *aplica-se* ao jogo de péla e de bilhar, à caça e à equitação, mas sempre para evocar um movimento incidental: o da péla que salta muitas vezes, do cão que corre ao acaso, do cavalo que se desvia da linha reta para evitar um obstáculo. E, em nossos dias, o bricoleur é aquele que trabalha com suas mãos, utilizando meios indiretos se comparado com os do artista." (1989, p. 32)

Figura 6 – À esquerda: armário aberto construído em madeira e alumínio com a base de tijolo cerâmico/ No centro: forno à lenha utilizado pela esposa de Seu Vinícius devido ao aumento preço do gás (R$ 100,00 atualmente) / À direita: escada autoconstruída por Lúcio.

Fonte: Acervo do autor (2018).

Segundo Jacques (2001), a ideia de bricolagem está relacionada ao micro-evento, ao incidente. Podemos ver isso no cotidiano do assentamento, na autocozinha, na autocostura[5], na transformação do espaço, dos objetos que compõem o sistema de objetos. A construção "com pedaços de todas as proveniências, a bricolagem, será, portanto, uma arquitetura do acaso, do lance de dados, uma arquitetura sem projeto" (JACQUES, 2001, p. 24). Tanto no caso da autoconstrução, quanto no autoempreendimento, a arquitetura é marcada pela ausência de projeto, pelo micro-evento, pelo acaso (ver figura 7). É fruto das necessidades no plano mais urgente dos assentados, e da intervenção direta do sujeito no espaço sem seguir a divisão técnica do trabalho entre arquiteto e construtor. Acerca dessa divisão técnica, Schnaidt (1995) afirma que na forma primitiva "o utilizador do abrigo é o seu próprio construtor. Ele ainda não o projeta numa fase preliminar distinta da execução. Posteriormente, construir se torna uma

[5] Termos citados por Sérgio Ferro em "Nota sobre 'O vício da virtude'". Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300012#top2>

profissão. Construtores edificam para usuários que, por sua vez, especializaram-se em outras atividades" (p. 72).

Figura 7 – Fernando desenhando na areia, com o pé, a futura reforma que planeja fazer. Não há projeto, o "desenho" é feito no momento da construção.

Fonte: Acervo do autor (Foto: Jéssica Bittencourt/ Edição: Autor).

> "O *bricoleur* está apto a executar um grande número de tarefas diversificadas porém, ao contrário do engenheiro, não subordina nenhuma delas à obtenção de matérias-primas e de utensílios concebidos e procurados na medida de seu projeto: seu universo instrumental é fechado, e a regra de seu jogo é sempre arranjar-se com os "meios limites", isto é, um conjunto sempre finito de utensílios e de materiais bastante heterócitos, porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento nem com nenhum projeto particular, mas é o resultado contingente de todas as oportunidades que se apresentaram para renovar e enriquecer o estoque para mantê-los com os resíduos de construções e destruições anteriores." (LEVI-STRAUSS, 1989, p. 32-33)

Referindo-se à bricolagem nas periferias urbanas, Jacques (2001) afirma que "em vez de ser determinado pelo projeto, o *bricoleur* é definido por sua instrumentalidade. E, por essa razão, ele nunca pode parar de coletar e guardar fragmentos de materiais de antigas construções encontrados ao acaso" (p. 25). Esses "resíduos de construções e destruições anteriores" citado por Levi-Strauss também são uma marca das casas do assentamento. Nos cantos, nos depósitos, nos alpendres, nos fundos, é possível observar fragmentos de antigas arquiteturas, ou mesmo novos materiais, acumulados em caso de uma possível construção no futuro (ver figura 8).

Figura 8 – À esquerda: ripas no alpendre de Fernando/ À direita (cima): telhas encostadas na casa de Lúcio/ À direita (baixo): esquadria no alpendre de Seu Vinícius. Os três têm experiência em construção civil.

Foto: Elizabeth Araújo, 2018.

Essas reformas, e não somente elas, apresentam uma preocupação com o uso principalmente. No que diz respeito ao conforto, a preocupação maior é a questão espacial: dimensões que permitam uma boa distribuição do espaço entre os moradores; mas pouca levam em conta questões de ventilação ou iluminação (apesar de não ser inexistente). Existem quartos e banheiros sem aberturas, janelas que não permitem uma boa ventilação e, por vezes, um desejo por colocar forro na casa (a fim de esconder a visão das telhas e assim, esquentando a casa).

No primeiro momento, não houve também grandes preocupações estéticas. As melhorias se mantiveram no padrão dos "puxadinhos" e no aproveitamento dos espaços ociosos como a "varanda". Mas não necessariamente foi inexistente, houve uma grande preocupação em rebocar e pintar a casa, "completá-la". No entanto, muitos são os problemas construtivos que podem advir da ausência do reboco. Sendo assim, a "incompletude" da casa tipo 2, gera um desconforto que não necessariamente é da ordem estética ou funcional, mas permeia dialeticamente esses dois limites.

No que diz respeito à questão estrutural e técnica, todas as casas, independentemente do tipo, apresentaram problemas estruturais, identificados pelos técnicos do GERAH posteriormente. A falta de conhecimento técnico por boa parte dos assentados, faz com que estes não possuam grandes preocupações acerca da tectônica dessas habitações. Seu Vinícius, mestre de obra há muito tempo e com experiência na construção civil, afirmou que as

rachaduras existentes são “normais”. O piso em cimento queimado de boa parte das casas apresenta falhas, rachaduras e desgaste, em decorrência da qualidade de sua execução. Os assentados, de maneira geral, coexistem com essas patologias sem grandes preocupações.

A forma como a bricolagem adentra o cotidiano revela práticas acumuladas do vivido, onde não há uma terceirização dos serviços em decorrência dos poucos recursos das famílias. As melhorias auto-empreendidas (incluindo nestas, as autoconstruídas) representam uma potencialidade e um risco para os assentados. A bricolagem apresenta vantagens e problemas. Através de sua relação de vizinhança e proximidade, ela facilita a contratação de mão-de-obra para melhoria da casa que não atende às necessidades e expectativas dos assentados. Por outro lado, carece de conhecimento técnico acerca de questões estruturais, que ao não serem atendidas, podem acarretar futuras perdas para a família. Uma vez que sua obra nunca fica “pronta”, o processo de completá-la torna-se uma constante. Ora sanando as necessidades da família, ora gerando uma perda de recursos. É daí que surge a necessidade da atuação do profissional arquiteto e urbanista nos assentamentos: desde que construindo um diálogo entre os saberes técnico e popular na construção do habitat. É aí, também, que está a importância da assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo para as camadas populares, como a realizada, no assentamento em questão, por meio do GERAH no ano de 2007.

## DESENHANDO O POSSÍVEL

Partindo desse quadro de distanciamento do arquiteto e urbanista com as populações mais vulneráveis, seja pelo desconhecimento dessa parcela da população, seja por falta de políticas públicas que fomentem um campo de trabalho do profissional para esse público, o GERAH atua no planejamento físico-ambiental, construção e a melhoria/reforma de habitações e construção coletiva de espaços públicos de assentamentos rurais. Através da parceria com o MST e a UFRN, o grupo vem desde a década de 1990, mudando seu foco nos diferentes momentos, aperfeiçoando a metodologia do “desenho do possível”. Metodologia esta que inclui a atuação dos agentes nos diversos processos desde a concepção até a construção do habitat, compreendendo o sonhos dos assentados.

> “[O GERAH][6] criou e tem desenvolvido o método “o desenho do possível” que, através de um processo de planejamento participativo, considera como fundamentais: o método regressivo-progressivo de planejamento participativo, considera como fundamentais: o método regressivo-progressivo proposto por Karl Marx e desenvolvido por Henri Lefebvre; a troca de saberes e disciplinares, científicos e populares, inspirada por Paulo Freire e Carlos Brandão; e a articulação entre os espaços percebidos, concebidos e vividos das comunidades que habitarão os espaços a serem planejados e construídos. Busca, também, articular a teoria à práxis, na dialogização realizada permanentemente entre os diversos segmentos envolvidos com as obras e no estudo contínuo das vivências, limitações,

[6] Entre colchetes, trecho adicionado pelo autor.

> sonhos e possibilidades da comunidade parceira.” (BORGES et al, 2015b, p. 1778)

Tendo como principal foco a autogestão dos assentamentos em articulação com o MST, o grupo trabalhou na construção de habitats rurais por meio da interdisciplinaridade, contando com profissionais da geografia, educação, biblioteconomia, engenharia, entre outros. Em sua primeira fase, o GERAH atuou no planejamento territorial, parcelamento do solo e no projeto de habitações com tipologias alternativas para assentamentos rurais. Tipologias essas, construídas e concebidas com a participação de seus futuros moradores por meio de mutirão. Alternativas por fugirem do padrão do INCRA e atenderem às necessidades, desejos e sonhos do assentamento em particular em contraposição ao modelo padronizado construído por empreiteiras. No entanto, através de materiais convencionais em decorrência da rejeição dos assentados do RN aos materiais alternativos como taipa e adobe, ainda que seja também “objetivo do GERAH a busca pela transformação dessas referências e ampliação do repertório estético (sem desconsiderar o referido fator cultural/simbólico)” (BORGES et al, 2015b, p. 1783).

Com a chegada do crédito instalação na modalidade recuperação/ materiais de construção, o GERAH, em 2007, atua com um novo foco, vendo nessa norma do INCRA, uma “a oportunidade de atender áreas de assentamento mais antigas” (BORGES et al, 2017).

> “O primeiro instrumento jurídico elaborado neste contexto correspondeu à Norma de Execução Nº 46, de 10 de novembro de 2005, que aborda a concessão dos recursos do Programa de Crédito Instalação para os projetos de assentamento de reforma agrária em todas as suas modalidades, sendo a partir de então instaurada/iniciada a modalidade “Recuperação Materiais de Construção” . Esta, destina o valor inicial de R$3.000,00 às famílias assentadas nos Projetos de Assentamento com Plano de Recuperação de Assentamento - PRA, para empregá-lo em melhorias habitacionais, devidamente apontadas por diagnóstico socioeconômico e laudo técnico individual.” (BORGES et al, 2017)

A nova norma do INCRA de 2007 institui o valor de R$5.000,00 para recuperação de unidades habitacionais que, por meio de laudo técnico, apresentem riscos aos seus moradores. Nesse período, o valor voltado para reforma e ampliação das habitações apresenta um aumento de mais de 50% em relação ao crédito habitação para construção das unidades do Rosário em 2002-2003. Segundo Medeiros (2016), alguns trabalhos do grupo sobre as habitações em assentamentos rurais apontam inúmeros problemas construtivos, como instabilidade estrutural e rápida deterioração das habitações (p. 23).

Em 2007, o GERAH começa a atuar no Rosário, utilizando o método do desenho do possível para buscar, junto com as 43 famílias assessoradas, possibilidades de melhoria da habitação. Iniciando pelo levantamento das casas, o grupo identificou os problemas estruturais e de salubridade, realizando também entrevistas para compreender os sonhos e as expectativas dos moradores em relação a sua “nova” casa. Neste momento, “são

esclarecidos os critérios de avaliação técnica e discutidas as possibilidades para resolução dos problemas e o seu comprometimento frente ao orçamento disponível para a obra" (BORGES et al, 2017).

Elencando "prioridades zero", ou seja, prioridades inegociáveis voltadas a recuperação estrutural das casas, compra de caixa d'água e outras peças sanitárias, reboco nas casas com alvenaria aparente, restauração do reboco naquelas que já o tem, conserto de instalações elétricas aparentes e sem duto, entre outras; o grupo buscou garantir a estabilidade e segurança das habitações. Em seguida, o grupo também ouviu as prioridades dos moradores que eram muitas: trocar esquadrias, construir mais quartos, comprar peças sanitárias, construir nova fossa, entre outros. Mas através do pré-levantamento feito a partir dos documentos do GERAH, observou-se que as maiores demandas eram voltadas para a construção do alpendre (34 famílias); assentamento, troca ou restauro do piso cerâmico (37 famílias); ampliar cozinha (12 famílias); e trocar e/ou comprar uma ou mais esquadrias (21 famílias). O crédito não poderia ser voltado à construção de mais banheiros e/ou muros. Através de um diálogo transparente com os assentados, a equipe apresenta as possibilidades de acordo com o orçamento e cronograma.

Em seguida, após os projetos elaborados, a equipe técnica do grupo retorna ao assentamento para negociar as propostas. "Após a avaliação das famílias e o desenvolvimento de eventuais ajustes nas propostas, a equipe elabora um dossiê técnico de forma a garantir o cumprimento das especificações acordadas com os assentados" (BORGES et al, 2017).

> "O dossiê técnico é composto pelos projetos técnicos de reforma/ampliação; planilhas de orçamento e quantitativos de materiais de construção e memorial descritivo-justificativo detalhado, permitindo a colaboração, acompanhamento e fiscalização obra. O material entregue à comunidade acompanha a apresentação dos principais problemas detectados — reincidentes em várias habitações — e as soluções adotadas de forma coletiva e pontual, bem como indicações gerais para a construção (detalhadas na etapa seguinte). Este conjunto de informações e procedimentos para orientação dos assentados, foi também compartilhado com o INCRA, contribuindo a aplicação desta etapa de trabalho por outros parceiros da instituição e dos trabalhadores do campo." (BORGES et al, 2017)

Com as propostas prontas e aprovadas pelos assentados, dá-se início à compra de materiais por parte dos assentados. Devido à possibilidade de desconfiança por parte de assentados com a equipe técnica, o grupo, apesar de orientar, não acompanhou a compra que era realizada na região, buscando conciliar a otimização dos recursos com uma boa qualidade dos materiais. Os normativos do INCRA exigiam a apresentação de três cartas de orçamento. Apesar de posteriormente o grupo optar por armazenar os materiais em cada habitação devido ao "desafio de lidar com os conflitos resultantes das diferenças das expectativas do coletivo e o individual" (BORGES et al, 2017), no Rosário, eles foram guardados em um almoxarifado coletivo (figura 9).

Figura 9 – Seu Vinícius no almoxarifado durante visita do técnico do INCRA em 2008.

Foto: Amadja Borges, 2007.

A partir daí, a mão-de-obra ficou por parte dos assentados, organizados através de mutirão sob coordenação de Seu Vinícius e do GERAH, que coordenou o mutirão para construção das casas dos assentados da associação ligada ao MST durante a construção inicial das casas, para que os recursos fossem alocados de forma mais efetiva. Durante a etapa de execução, o GERAH não acompanhou as reformas no Rosário, trabalhando paralelamente em outros assentamentos rurais do RN, retornando ao assentamento em 2012 para a construção de seus espaços coletivos. A assessoria técnica por parte do GERAH, no entanto, não ocorreu sem conflitos. No que diz respeito à metodologia criada, desenvolvida e aperfeiçoada pelo grupo, Borges (2006) afirma:

> "O desenho do possível tem também algumas arestas, entre as quais: a do limite entre conforto e estética, diante dos reduzidos recursos financeiros; a cultural, que reduz as possibilidades alternativas tecnológicas; o desconhecimento do mundo rural por pesquisadores e técnicos em habitação, ou das especificidades da habitação de interesse social por movimentos do campo; assim como os embates entre os saberes popular e técnico-científico. A relação entre a pesquisa e a extensão é outra característica da metodologia do grupo que reformula, a cada experiência, parte de sua atuação." (BORGES, 2006, p. 70-71)

Os conflitos entre o saber técnico e científico se dão em grande parte pelas prioridades elencadas pelos técnicos e pelos assentados. Enquanto que os técnicos se preocupavam em

garantir uma melhor qualidade construtiva às casas, priorizando questões estruturais e que não só conferissem longevidade à casa, mas aos seus moradores; os assentados priorizavam questões da ordem estética ou ligadas diretamente ao uso imediato. Ainda que estas fossem "soluções" mais onerosas, podendo assim, comprometer às estratégias dos técnicos para mitigar os riscos que envolvem as patologias da casa. Questões ligadas ao uso também são alvo de discordância, se por um lado os arquitetos buscam garantir iluminação e ventilação natural, alguns assentados preferem que as aberturas sejam menores, para que não entre tanta poeira, visto que, segundo eles, venta muito no Rosário. Se pensarmos na relação entre forma, função e estrutura, os arquitetos tendem a priorizar a estrutura, os assentados, a forma, enquanto a função é alvo de diferentes interpretações por parte dos agentes.

Além disso, os técnicos não puderam acompanhar todo o processo de execução dos projetos, devido às grandes demandas por projeto de melhorias habitacionais em vários assentamentos no RN. Destaca-se também, a escassez de recursos destinados aos profissionais e estudantes de graduação (que não foram pagos ao final da assessoria). A ausência de recursos voltados ao transporte para chegar nos assentamentos também representou um problema. Esse conjunto de problemas afetam profissionais que atuam em assistência técnica de maneira geral, tanto no rural quanto no urbano. Sobre isso Borges et al (2017) afirma:

> "Como muitos outros grupos de profissionais urbanos, seu trabalho inicial, o projeto, pode ou não ser executado, dependendo de muitos fatores (documentação da entidade organizadora, dos assentados, das normas nem sempre explícitas das instituições financeiras e executoras da política habitacional do País). Este profissional é obrigado a arriscar e a autofinanciar muitos dos seus projetos. Posteriormente, quando aprovados, a demanda de trabalho e produção da equipe técnica continua a se dar em uma escala temporal desafiadora, diante do distanciamento entre o tempo do trabalho de mutirão no campo, as regras inadequadas das agências financeiras à realidade do campo e do canteiro de obras autogerido. Os recursos alocados para a assistência técnica também precarizam suas condições de trabalho e, por consequência, o organizativo, o técnico e o social." (BORGES et al, 2017)

A ausência dos técnicos do GERAH no acompanhamento das obras unida com a preferência dos assentados em priorizar intervenções na casa, pormenorizando as questões estruturais, resultou no não cumprimento de alguns desses projetos. O trabalho que o grupo teve em assessorar cada família, produzindo um projeto que atendesse às suas demandas particulares não resultou necessariamente no desenvolvimento de suas propostas. Em entrevista com os assentados, alguns afirmaram que na primeira reforma (a assessorada pelo GERAH), os recursos foram destinados à construção do alpendre frontal, da ampliação da cozinha e a assentamento de piso cerâmico de maneira padronizada, o que vai na direção contrária da metodologia do desenho do possível.

Essas dificuldades relacionadas tanto à ordem distante, quanto à ordem próxima, acabam por gerar um descontentamento por parte dos assentados e uma frustração por parte da equipe técnica. Muitos assentados afirmaram que os recursos destinados à primeira

reforma não foram suficientes, o que fez com que investissem recursos próprios para que as obras pudessem ser finalizadas. Logo em seguida, os assentados tiveram acesso a outro crédito destinado a reforma e ampliação das casas.

## REDESENHANDO O POSSÍVEL

A “segunda reforma”, como se referem os assentados, foi caracterizada pelo acesso a mais um crédito destinado à melhoria das habitações, dessa vez, no valor de R$3.000,00. Não se sabe, no entanto, em que modalidade esse crédito se encaixa por desconhecimento dos normativos do INCRA por parte dos assentados. Segundo eles, os recursos da primeira reforma não foram suficientes, deixando assim, obras incompletas e, consequentemente, expectativas frustradas. Com esse novo crédito, os assentados poderiam concluir e até mesmo ampliar suas melhorias. Mesmo assim, afirmaram, também, que os recursos não foram suficientes para a compra de materiais e remuneração de mão-de-obra, completando novamente o orçamento com seus próprios recursos. No entanto, nem todos tiveram acesso à esse crédito uma vez que são as associações que tem acesso ao financiamento e apenas duas das cinco foram atendidas por essa modalidade. Segundo Borges (2002), “as associações servem para estruturar seus assentamentos e são passaportes para financiamentos e acesso a vários benefícios; nelas estão mais da metade dos assentados” (p. 33).

Se na primeira reforma os assentados tinham como prioridades as melhorias de ordem estética, na segunda, isso se torna ainda mais evidente. O novo crédito foi direcionado exclusivamente, de acordo com as entrevistas, ao “fechamento” do “L”, ou seja, circundar a casa por alpendres, bem como trocar e/ou assentar piso cerâmico em contraposição ao cimento queimado e trocar esquadrias.

Figura 10 – Esquema ilustrativo de evolução da casa.

Fonte: Esquema produzido pelo autor.

É importante citar que a questão estética não se dissocia da função. Muitas esquadrias estavam comprometidas devido a ação direta das intempéries por falta do alpendre, no entanto, as novas esquadrias não eram iguais às antigas. As janelas pivotantes foram trocadas por janelas de correr que permitem menor entrada de iluminação e ventilação (ver figura 11) e as portas-janela foram substituídas por portas ornamentadas e mais suntuosas para o padrão do assentamento. Segundo Lúcio, a porta e as duas janelas que comprou na primeira reforma custaram cerca de R$1.0000,00, ou seja, 20% do orçamento.

Figura 11 – Janela colocada recentemente na casa de Janaína que passa por uma reforma sem auxílio financeiro por parte do INCRA/ Janela pivotante do projeto original.

Fonte: Acervo do autor/ GERAH.

A rejeição pelo cimento queimado se dá em grande parte pela sua deterioração, segundo os assentados. Esse desgaste está, no entanto, mais relacionado à sua má execução do que pelas propriedades do material. Isso pode ser observado nas diferenças das casas do assentamento. Na casa 6, onde Oscar (antigo morador da casa) utilizou mão-de-obra profissional, seu irmão, para o assentamento do cimento queimado, o piso não apresenta grandes defeitos ou rachaduras (ver figura 12), custando, ainda assim, menos que o piso cerâmico. Por outro lado, na casa da mãe de Janaína (construída mais recentemente), já apresenta rachaduras e imperfeições (ver figura 12). Acredita-se que assim como a alvenaria, a cerâmica faz parte do sonho dos assentados, enquanto o cimento queimado é um símbolo do passado. Em alguns casos, como o de Dona Benta, até mesmo o alpendre é revestido (ver figura 12).

Figura 12 – Á esquerda: Piso feito em cimento queimado na casa 6, onde atualmente mora Alberto. Observa-se que o alpendre lateral funciona como garagem, ou seja, o impacto do carro é bem maior. No centro: Entrada lateral para a cozinha da mãe de Janaína que já apresenta rachaduras. Á direita: alpendre com piso cerâmico.

Fonte: Acervo do autor (2018).

O alpendre também está relacionado à questões funcionais, entre elas o resfriamento e a proteção contra a ação da chuva, segundo os assentados. No entanto, observa-se que o principal alpendre a ser construído é o frontal invariavelmente (e em seguida, quando é o caso, os laterais), que protege uma área menor da casa e não necessariamente recebe mais insolação que a fachada posterior devido às diferentes orientações das casas. Compreende-se pois, que a exigência pelo alpendre na fachada voltada para a rua, apesar de suas qualidades funcionais, está relacionada fortemente à uma escolha estética por parte dos assentados.

Segundo Borges et al (2017), nos assentamentos rurais de maneira geral, existe uma "incompatibilidade entre o espaço da habitação e o número de integrantes do núcleo familiar, mas também na discrepância entre as dimensões dos cômodos (muito pequenos) e dos mobiliários acessíveis à esta comunidade". Dessa forma, as ampliações acabam se tornando "sonho da maioria das famílias". Após a construção dos "puxadinhos", as necessidades imediatas se transformam, e o desejo passa a ser o alpendre que apesar de representar um limite para a expansão da casa, confere plasticidade ao habitat. Segundo Schnaidt (1995), "multiplicando os meios e satisfazer suas necessidades, o homem cria necessidades novas. Por exemplo, a questão não é mais aquecer-se e cozer os alimentos, mas não sofrer o inconveniente da fumaça que invade o ambiente".

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre as problemáticas que envolvem a questão do habitar nos assentamentos rurais envolve uma série de variáveis que parte desde sua concepção até a sua consolidação. A principal defasagem que perpassa os diferentes momentos, a nível teórico e prático, está relacionada principalmente à carência de acompanhamento e assessoria técnica aos assentados. Iniciando pelo planejamento territorial, os assentamentos necessitam de uma equipe multidisciplinar que consiga traduzir espacialmente uma solução para suas demandas no que se refere à questão da moradia e à produção. Em seguida, é necessária uma melhor avaliação sobre os recursos disponíveis para a construção das unidades habitacionais.

O estudo sobre o espaço concebido do Rosário revelou uma necessidade de acompanhamento das famílias por parte dos técnicos desde o acampamento, momento de forte organização e senso de coletividade entre eles. Uma sensibilidade por parte dos órgãos institucionais referentes à ordem distante poderia buscar um tipo de moradia que traduzisse suas necessidades. Compreender os símbolos que carregam do vivido, a casa dos sonhos que trazem em seu imaginário e suas inclinações estéticas e funcionais, buscando também a transformação e a ampliação do seu repertório arquitetônico, poderia se concretizar em tipologias que apresentassem menos problemas técnico-funcionais no futuro. O alpendre, por exemplo, poderia evitar o desgaste das esquadrias pela ação direta das intempéries e proporcionar melhores soluções de conforto.

Tendo em vista a escassez de recursos destinados para esse fim, apesar de atualmente os valores serem maiores, é necessário um processo construtivo que otimize os recursos e confira uma boa qualidade construtiva para as unidades. Diante das possibilidades, um processo que responderia a essa demanda seria o de mutirão com assessoria técnica de profissionais da área da construção civil como engenheiros e arquitetos urbanistas. No entanto, diante dos problemas apresentados na primeira reforma, assessoria técnica deve acompanhar todo o processo, desde a formação e troca de saberes, passando pelo planejamento e até mesmo a execução. No entanto, faz-se necessário a necessidade de um planejamento por parte do Estado e seus órgãos para garantir melhores condições de trabalho para os profissionais de assistência técnica e a regulamentação da legislação existente sobre a questão, como é o caso da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008 que “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”.

No que diz respeito à concepção das habitações para os assentamentos rurais, os assentados e os técnicos possuem diferentes prioridades. Portanto, é necessária uma articulação entre os saberes popular e científico na busca por soluções viáveis que equilibrem as necessidades de natureza funcional, estéticas e estruturais. Destaca-se, portanto, a importância da pesquisa-ação e extensão universitária nesse sentido, buscando metodologias de projeto participativo que através da academia, buscam soluções práticas para as camadas populares. Dessa forma, é necessário também uma mobilização por parte das instituições universitárias na valorização da extensão, possibilitando assim, mais ações de assistência técnica, não só no campo da arquitetura e urbanismo.

Além disso, é importante ressaltar a importância dos Créditos de Recuperação voltados para a ampliação e reforma das unidades habitacionais em assentamentos rurais. Através dele, os assentados começaram a reformar suas casas mais vezes, se apropriando destas e conferindo plasticidade ao habitat. Se antes os assentados se contentavam com habitações que não correspondiam a suas expectativas, funcionando apenas como abrigo; com o crédito, aprenderam a satisfazer seus desejos e buscar seus sonhos. As casas do assentamento do Rosário apresentam semelhanças, signos que se repetem no texto social, compartilhados no campo cotidianidade. No entanto, apresentam também diferenças, particularidades referentes a forma de apropriação da família no espaço.

# REFERÊNCIAS

BORGES, Amadja Henrique. *MST – Habitats em movimento:* tipologias dos habitats dos assentamentos originários do MST nos estados de SP e RN. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. 2006. *O desenho do possível:* a UFRN e o MST na construção de um projeto-referência de assentamento de reforma agrária. In: Metodologia do trabalho social: a experiência da extensão universitária. ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (org.). Natal, RN: EDUFRN Editora da UFRN, 2006. P. 56-71.

BORGES, Amadja Henrique; MEDEIROS, Cecília Marilaine Rego de. 2012. *O verso do reverso na integração entre as atividades-fim da Universidade.* In: COSTA, Fernando José de Medeiros, et al (org.). Caderno ABEA 37. São Paulo: ABEA. P. 104-117. Disponível em: <https://issuu.com/gogli/docs/caderno_37>. Acesso em: 07 nov. 2018. ISSN: 2177-3734.

BORGES, Amadja Henrique et al. *A moradia enquanto instrumento de aproximação entre as bandeiras de luta dos movimentos do campo e da cidade.* In: NOVOS PADRÕES DE ACUMULAÇÃO URBANA NA PRODUÇÃO DO HABITAT: OLHARES CRUZADOS BRASIL/ FRANÇA, 1., 2010, Recife/ Pe. Anais... . Recife: Ed. Universitária da Ufpe, 2010. p. 415 - 434.

_____. *Possibilidades de apropriação do habitat em assentamentos rurais no Brasil*. In: EURO-ELECS: LATIN AMERICAN AND EUROPEAN CONFERENCE ON SUSTAINABLE BUILDINGS AND COMMUNITIES, 1., 2015a, Guimarães. Anais... . Guimarães: Multicomp, 2015. v. 2, p. 875 - 884.

_____. *A construção coletiva de espaços livres públicos no Assentamento rural Rosário*. In: EURO-ELECS: LATIN AMERICAN AND EUROPEAN CONFERENCE ON SUSTAINABLE BUILDINGS AND COMMUNITIES, 1., 2015b, Guimarães. Anais... . Guimarães: Multicomp, 2015. v. 3, p. 1777 - 1786.

_____. *Assistência Técnica para projetos de reforma de habitações de interesse social*. In: 7º Seminário Mato-grossense de Habitação de Interesse Social. Habitação e Cidade: Construindo Consensos. 2017.

BRASIL. Constituição (1964). *Lei nº 4.504,* de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 03 abr. 2018.

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de. *Assentamento Margarida Alves:* contribuição para o processo de criação de uma metodologia para o desenho de habitats concentrados de assentamentos rurais do MST. 2003. 92 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

_____. *A assistência técnica nos habitats do MST e o papel do arquiteto e urbanista.*2009. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

FREHSE, Fraya. Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização. *Civitas - Revista de Ciências Sociais,* [s.l.], v. 16, n. 1, p.100-118, 20 maio 2016. EDIPUCRS. http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.1.22234. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/22234/14421>. Acesso em: 10 out. 2018.

HEIDEGGER, Martin. *Ensaios e conferências.* 8ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia Sá Cavalcante Schuback.

MEDEIROS, Cecília Marilaine Rego de. *Mutirão x Organicidade:* reflexões sobre o processo de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST no RN. 2013. 161 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- UFRN, Natal-RN, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21477/1/CeciliaMarilaineRegoDeMedeiros_DISSERT.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. *A Estética da ginga:* A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. 160 p.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano.* Barcelona: Ediciones Península, 1978. 268 p. Tradução de Javier González-Puevo.

_____. *A produção do espaço.* Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

_____. *A Revolução Urbana.* Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2008. Tradução de Sérgio Martins.

_____. *O Direito à Cidade;*Tradução Cristina C. Oliveira. Itapevi, SP: Nebil, 2016. 155 p.

_____. *Critique of Everyday Life Volume II:* Foundations for a Sociology of the Everyday. Paris: Verso, 2002. 412 p. Translation John Moore 2002, Preface Michel Trebitsch, Preface translation Gregory Elliott.

LEVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem.* 3. ed. Campinas: Papirus, 1989. 320 p. Tradução Tânia Pellegrini.

OLIVEIRA, Márcia Silva de. *No encontro da vida cotidiana, Novas Descorbertas em Bairro e Vida de Bairro.* 2016. 359 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

OLIVEIRA, Cínthia Soares de. *Henri Lefebvre:* Possibilidades teórico-metodológicas para Arquitetura e urbanismo. 2011. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

SCHNAIDT, Claude. *Arquitetura, uma definição.* arquitetura e conhecimento: publicação semestral em apoio às disciplinas minsitradas pelo professor Frank Svensson nos cursos de graduação e pós-graduação da FAU-UnB, Brasília, v. 1, n. 5, p.69-89, 1995. Semestral.

SOARES, Vivianne Glaysse Mafra. *A construção de um habitat rural:* gestão e projeto do assentamento resistência potiguar 01. 2006. 189 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.